



Diretoria de Gerenciamento Funcional da Magistratura - SEMA 3

SEMA 3.1 - MAGISTRADOS

ATO DE 08/10/2015

O Desembargador **JOSÉ RENATO NALINI**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a r. decisão de 07 de outubro de 2015, **HOMOLOGA** o pedido de renúncia à **APOSENTADORIA**, concedida por ato de 15 de março de 2006, publicado no DOJ de 16 de março de 2006, e **EXONERA** o Desembargador **ENRIQUE RICARDO LEWANDOWSKI**, de seu cargo no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a partir da data da disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico, dada a vedação constitucional prevista no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal.

Subseção II: Atos e comunicados da Corregedoria Geral da Justiça

DICOGÉ

DICOGÉ 2

COMUNICADO CG nº 1337/2015 (Processo 2014/80565)

A Corregedoria Geral da Justiça **COMUNICA** aos juízes, dirigentes e servidores em geral, com o objetivo de conferir maior celeridade e eficiência no cumprimento das cartas precatórias, que o juízo deprecado deve providenciar a intimação das testemunhas/vítimas quanto à data e horário das audiências e ainda requisitar os réus presos, caso necessário. **COMUNICA** ainda que o juízo deprecante, consoante expressa disposição legal, incumbe apenas e tão somente a intimação das partes acerca da expedição da carta precatória. **COMUNICA** também que nas cartas precatórias expedidas nos autos que tenha réus presos, deve o juízo deprecante fazer constar, **necessariamente**, o nome dos advogados de todos os réus, além de mencionar, para um melhor fluxo de trabalho, a unidade prisional em que os réus se encontram recolhidos. **COMUNICA**, finalmente, que ficam revogados os comunicados CG 822/2014 e 261/2015.

COMUNICADO CG nº 1007/2015 (Processo nº 2015/92826)

A Corregedoria Geral da Justiça **COMUNICA** a todos os magistrados e servidores que, conforme Recomendação 51/2015 do E. Conselho Nacional de Justiça, as solicitações acerca de informações constantes da base de dados da Secretaria da Receita Federal, inclusive para obtenção do número do CPF/CNPJ, poderão ser realizadas pelo Sistema **INFOJUD**, cujo manual se encontra na Intranet, menu "Saiba Sobre" > Sistemas > InfoJud - Acesso ao Sistema da Secretaria da Receita Federal, podendo ser acessado também pelo link <http://intranet.tjsp.jus.br/Servicos/Infojud/Default.aspx>.

(Republicado por determinação judicial)

SECRETARIA DA PRIMEIRA INSTÂNCIA

COMUNICADO SPI Nº 59/2015 (Protocolo CPA Nº 2015/141207)

A Secretaria da Primeira Instância, por ordem da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, **COMUNICA** aos senhores magistrados **com competência para processar feitos que tratem de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**, bem como aos dirigentes e servidores das unidades judiciais, que, nos termos do **Comunicado CG nº 882/2015** (DJE de 17, 21 e 23/07/2015), foi criado e disponibilizado no **Sistema SAJ/PG5** o seguinte modelo de expediente, para a comunicação de todas as medidas protetivas fixadas, bem como a reconsideração delas (artigo 22 e incisos da Lei 11.340/2006):

Categoria 7 - Ofícios	
Código	Nome do Modelo
501163	Ofício - IIRGD - Comunicação de Medida Protetiva - Com. CG 882-2015 - Violência Doméstica

REITERA ainda que o encaminhamento desta comunicação deve ser **exclusivamente** a partir da caixa postal institucional do TJSP (@tjsp.jus.br), com as opções de confirmação de entrega e leitura, ao endereço eletrônico **iirgd.dipol@policiacivil.sp.gov.br**, sendo que as mensagens enviadas e seus comprovantes de entrega e leitura devem ser anexados aos autos.

(05, 07 e 09/10/2015)